



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1014528-18.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Multas e demais Sanções**
 Requerente: **Gilberto Antonio Sperti**
 Requerido: **Apolielson Lima Corrêa e outro**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

GILBERTO ANTONIO SPERTI ajuizou ação declaratória contra **ESTADO DE SÃO PAULO e APOLIELSON LIMA CORRÊA** alegando que apesar de ter feito a transferência da venda do veículo Celta, de placas DVM 3378, no dia 21/10/2011, para o requerido Apolielson, está sendo instado para pagamento de IPVA referente aos anos posteriores. Em razão desses fatos, pretende seja declarada a negativa de propriedade com relação ao veículo com alteração do proprietário, bem como condenar o segundo requerido ao pagamento nos valores devidos a título de impostos, multa e penalidades ocorridas após a alienação. Com a inicial vieram os documentos.

Citado, o Estado de São Paulo apresentou contestação, sustentando que tendo em vista que o autor não comunicou a venda do veículo, não sendo respeitadas as regras mínimas exigidas para alienação, deve responder como responsável pelos débitos noticiados na inicial. Requereu a improcedência da ação.

Citado o requerido Apolielson ficou-se inerte.

Houve réplica.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

É possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

A ação é improcedente.

O autor pretende afastar a cobrança do IPVA sobre veículo que teria alienado em data anterior à incidência do tributo.

A propósito disso, para o Estado de São Paulo, dispõe o artigo 6º, inciso II, da Lei Estadual nº 13.296/08 que: *“São responsáveis pelo pagamento do imposto e acréscimos legais: o proprietário do veículo automotor que o alienar e não fornecer os dados necessários à alteração no Cadastro de Contribuintes do IPVA no prazo de 30 (trinta) dias, em relação aos fatos geradores ocorridos entre o momento da alienação e o do conhecimento desta pela autoridade responsável”*.

Jungido a isso, o artigo 124, inciso II, do Código Tributário Nacional, estabelece que: *“São solidariamente obrigadas as pessoas expressamente designadas por lei”*.

Nesta linha de raciocínio, tendo o autor deixado de comunicar a venda do veículo junto aos órgãos de trânsito e ao fisco, é ele solidariamente responsável pelos tributos incidentes, mesmo porque, nestes autos não há comprovação da efetiva venda do bem.

Confirmando a solidariedade, seguem os excertos jurisprudenciais:

“TRIBUTÁRIO – quem aliena veículo automotor sem comunicar a ocorrência à repartição encarregada do registro e licenciamento responde pela obrigação tributária do adquirente omissa, como devedor solidário – arts. 4º, III, da Lei nº 6.606/89 e 124, II, do CTN –



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

ação julgada procedente – Sentença reformada. Recurso provido.” (Ap. nº 994081631556; Rel.: Coimbra Schmidt; TJESP);

“IPVA. Alienação do veículo. Comunicação posterior ao DETRAN, juntamente com pedido de bloqueio do certificado de registro do veículo em razão do adquirente não ter providenciado a transferência para seu nome. Responsabilidade solidária do alienante afastada a partir da comunicação ao órgão de trânsito. Art. 134 do CTB e Art. 4º, III, da Lei nº 6.606/89. Inexigibilidade do imposto relativo aos exercícios posteriores à comunicação. Sentença que julgou procedente a ação. Recurso improvido.” (Ap. nº 994093138187; Rel.: Antonio Carlos Villen; TJESP).

Com relação a inexigibilidade de infrações de trânsito e penalidades, o Estado de São Paulo é parte ilegítima para figurar no polo passivo e, não se constatando a presença do DETRAN-SP, órgão público com legitimidade para atuar nas demandas tangenciando possíveis infrações de trânsito, deixo de analisar o pedido.

Por final, não se faz possível declarar a inexistência do vínculo de propriedade do veículo, porquanto não há nos autos comprovação da efetiva venda do veículo, apesar de haver financiamento em nome do requerido Apolielson Lima Corrêa relativo ao veículo, o documento de fl. 18, por ser particular, não tem força probatória para comprovar o alegado na inicial.

Somente o documento de transferência do veículo é que pode provar a realização da venda.

Ante o exposto, julgo a ação **IMPROCEDENTE**.

Arcará o autor com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00 (um mil reais).

P.I.C

Araraquara, 08 de outubro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,

1014528-18.2017.8.26.0037 - lauda 3



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA